



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
SECRETARIA NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA
DEPARTAMENTO DE APOIO AO CONSELHO NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA E AO
COMITÊ INTERMINISTERIAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (DCOL)

MEMÓRIA DE REUNIÃO

**Grupo Técnico Temporário de atualização da Política Nacional sobre Mudança do
Clima (GTT/PNMC)**

4ª REUNIÃO GTT PNMC

Data: 31 de janeiro de 2024 - das 16h às 18h

Local: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, térreo, Sala de Situação; e via Teams (reunião híbrida).

Membros presentes:

Órgão	Representante	Cargo
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Aloisio Lopes Pereira Melo (Suplente)	Diretor
Presidência da República - Casa Civil	Gabriel Henrique Lui (Titular)	Secretário Adjunto V da Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento
Ministério da Agricultura e Pecuária	Bruno dos Santos Alves Figueiredo Brasil (Titular)	Diretor de Produção Sustentável e Irrigação da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - DEPROS/SDI-MAPA
Ministério das Cidades	Yuri Rafael Della Giustina (Suplente)	Diretor de Adaptação das Cidades à Transição Climática e Transformação Digital
Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Beatriz Soares da Silva (Titular)	Coordenadora-Geral de Finanças Verdes da Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria (SEV)

	Paulo Coelho Ávila (Suplente)	Analista de Infraestrutura
Ministério da Igualdade Racial	Wdson Lyncon Correia de Oliveira (Titular)	Coordenador de Participação e Controle Social da Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos
	Maria Dandara Gonçalves de Almeida (Suplente)	Chefe de Divisão da Secretaria-Executiva
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Átila de Azevedo Caparrosa (Suplente)	Coordenador-Geral de Sustentabilidade e Adaptação e Mudanças Climáticas
Ministério de Minas e Energia	Maria Ceicilene Aragão Martins (Suplente)	Subsecretária de Sustentabilidade
Ministério de Planejamento e Orçamento	Gustavo Teixeira Lino (Titular)	Coordenador-Geral de Programas Econômicos / Secretaria Nacional de Planejamento
Ministério dos Povos Indígenas	Vanda Gorgone dos Santos (Titular)	Coordenadora de Articulação de Políticas de Adaptação às Mudanças Climáticas
Ministério das Relações Exteriores	Bruno Carvalho Arruda (Suplente)	Subchefe da Divisão de Ação Climática
Ministério da Saúde	Agnes Soares da Silva (Titular)	Diretora Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, da Secretaria de Vigilância em Saúde
Ministério do Trabalho e Emprego	Guilherme Schuck Candemil(Titular)	Auditor-Fiscal do Trabalho - Assistente da Secretaria de Inspeção do Trabalho
Ministério dos Transportes	Fani Mamede (Titular)	Chefe de Serviço de Assessoria
	George Yun (Suplente)	Coordenador-Geral
Secretaria-Geral da Presidência da República	Yumi Kawamura Gonçalves (Titular)	Coordenadora Geral Diretoria de Parcerias com a Sociedade Civil
AGU (§8º do art. 5º do Regimento Interno do CIM)	Mariana Barbosa Cirne (Titular)	Procuradora-Chefe da Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e Meio Ambiente

Convidados presentes:

Órgão	Representante	Cargo
Rede Clima	Marcel Bursztyn	Professor Titular
MMA/ SMC/ DCOL	Thiago Longo Menezes	Diretor Substituto
MMA/ SMC/ DCOL	Camila Neves Soares Oliveira	Coordenadora de Projetos
MMA/ SMC/ DCOL	Christiana Chianca Pereira	EPPGG
MMA/ SMC/ DPMA	Inamara Santos Mélo	Coordenadora-Geral de Adaptação à Mudança Climática
MMA/ SMC/ DPMA	Leandro Gomes Cardoso	
MMA/ SMC/ DPMA	Mario Henrique Rodrigues Mendes	
LACLIMA	Caroline Prolo	Co-fundadora
Ministério do Planejamento e Orçamento	Fabíola Caires	Coordenadora de P. Especiais
FBMC/Instituto Talanoa	Branca Americano	
Casa Civil da Presidência da República	Karen de Oliveira Silverwood-Cope	
Ministério de Minas e Energia	Luís Badanhan	
Ministério de Minas e Energia	Rita	

PAUTA:

1 – Abertura dos trabalhos do GTT PNMCM

Os membros participantes e convidados se apresentaram em uma breve chamada.

O Sr. Aloísio Lopes (coordenador suplente do GTT/PNMC), em conjunto com o Sr. Thiago Longo, Diretor Substituto do DCOL, abriram a reunião relembrando o conteúdo mínimo que deve conter na atualização da PNMC, seguindo o art. 4º da Resolução nº 02 do CIM.

o Sr. Thiago Longo propôs que a discussão fosse organizada de acordo com os seguintes blocos:

1. Instrumentos de Planejamento e Metas (e.g Plano Clima);
2. Planos setoriais/mitigação/adaptação;
3. Instrumentos econômicos e financeiros;
4. Instrumentos de Transparência e Monitoramento; e
5. Instrumento de P&D, Inovação, Construção de Capacidades (e.g formação profissional, educação).

Em seguida, o Sr. Thiago Longo apresentou os artigos 6º, 8º, 9º, 11º, 12º da Lei nº 12.187/2009), que versam respectivamente sobre os instrumentos da PNMC, os instrumentos institucionais para a atuação da PNMC, os planos setoriais e o monitoramento. Além disso, também foi mencionada a Resolução nº 03 do CIM, que trata sobre o Plano Clima e seus planos setoriais de mitigação e adaptação, além da estratégia transversal para a ação climática.

O Sr. Aloísio Lopes ponderou ser arriscado definir metas ou outros parâmetros no texto do novo arcabouço legal da PNMC, posto que essas definições podem perder força em outros contextos.

O Sr. Gabriel Lui (Secretário-Adjunto da Área de Meio Ambiente, Clima e Agricultura da Casa Civil, Co-Coordenador do GTT da PNMC) complementou, como orientação geral aos trabalhos, que tem se observado uma tendência de as especificidades desenhadas pelo Executivo serem transformadas pelo Processo Legislativo. Por isso, ao mesmo tempo em que vale à pena reduzir o texto da lei, é necessário deixar registrada a nossa ambição como País com relação aos compromissos de agenda climática assumidos do ponto de vista internacional.

3 – Brainstorming – Bloco 1: Instrumentos de Planejamento e Metas

A Sra. Caroline Prolo apresentou um resumo sobre como acontece o planejamento e as metas nas jurisdições analisadas no âmbito de sua análise comparativa internacional.

O ponto mais comentado nesta sessão de brainstorming foi a necessidade de atualização do nosso arcabouço normativo de maneira a balizar os instrumentos com os compromissos e acordos internacionais, e não com metas numéricas. Além disso, outro ponto importante destacado foi a indicação, na lei, de que os planos setoriais devem ser um instrumento de acompanhamento dentro do planejamento mais amplo.

O Sr. Aloísio Lopes refletiu que seria interessante pensar em inserir algum instrumento sistemático de balanço, a título de prestação de contas, para deixar claro o quanto se avançou com relação ao que foi planejado, para fins de gestão da política e para dar

transparência da ação governamental para a sociedade (accountability). Isso possibilitaria ao governo comunicar avanços e dificuldades, bem como instigar um debate público sobre essas questões, provocando um diálogo público continuado.

Houve um debate sobre a necessidade de se elaborar uma nova lei mais sucinta com apenas diretrizes, mas ressaltou-se que com uma lei mais robusta com maiores detalhes, no caso de uma troca radical no Governo, há menos chances de os órgãos gestores ficarem desamparados, pois os dispositivos estarão garantidos em lei.

4 – Brainstorming – Bloco 2: Planos Setoriais/Mitigação/Adaptação

A consultora Sra. Caroline Prolo continuou a sua apresentação trazendo o funcionamento dos planos setoriais de mitigação e adaptação nas políticas climáticas dentre os benchmarks estudados.

O Sr. Aloisio Lopes observou que há a necessidade, na revisão da PNMC, de se trazer um equilíbrio mais razoável entre os pesos dados à mitigação e à adaptação, posto que a atual PNMC faz referências muito genéricas no que tange à adaptação, mas traz maior detalhamento no tema de mitigação. Ele ressaltou que se faz necessário dar a importância devida à agenda de adaptação.

A discussão deste ponto se deu em torno da necessidade de planos setoriais e transversais, de maneira a abranger muitos setores das políticas públicas, com uma visão de abordagem sistêmica. Houve a manifestação de vários membros presentes com diferentes perspectivas, que serão apresentadas posteriormente em relatório da consultora sobre o processo de revisão da PNMC.

5 – Brainstorming – Bloco 3: Instrumentos Econômicos e Financeiros

A Sra. Prolo retomou sua fala apresentando o benchmarking dos instrumentos econômicos e financeiros de dois países (Chile e Tuvalu), e destacou o sistema de comércio de emissões como um importante instrumento para o cumprimento das metas de mitigação.

Nesta sessão de brainstorming, as contribuições foram voltadas para os instrumentos de financiamento da PNMC, com sugestões de criação de ferramentas que contemplem um maior comprometimento em relação à lei, com destaque para a necessidade de financiamento dos planos setoriais de adaptação. Além disso, foi sugerido que os investimentos fossem captados por meio de contribuições da esfera nacional, estadual e municipal, além de parcerias público-privadas.

O Sr. Gustavo Lino (Ministério do Planejamento) sugeriu que fossem inseridos dois artigos na nova PNMC. O primeiro na linha do art. 11 da Lei No. 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que trata da Política Nacional de Educação Digital. O Sr. Gustavo sugeriu que se incluía um artigo para indicar fontes de recursos para financiamento da Política Nacional de Mudança do Clima do Brasil nos moldes do referido art. 11, cujo inciso I reforçaria o caráter de Lei Nacional da PNMC. Isso ajudaria a criar a fundamentação legal necessária

para que os Entes Federados, inclusive municípios, destinem dotações específicas para a PNMC. Os outros incisos abordam doações e fundos. Sugeri também a inclusão de um artigo específico para Termos de Execução Descentralizada. O segundo seria na linha do Artigo 8º da Lei Nº. 12.187, de 29 de dezembro de 2009, dispositivo que trata das instituições financeiras oficiais de crédito e financiamento, deixando claro que isso valeria para instituições de todos os entes federados, inclusive municípios.

A Sra. Mariana (AGU) se pronunciou no sentido de inserir na proposta a possibilidade de condenações judiciais e acordos que sejam convertidos para fundos relacionados a clima gerando recursos para atividades de mitigação ou adaptação.

6 – Brainstorming – Bloco 4: Instrumentos de Transparência e Monitoramento

A Sra. Caroline Prolo trouxe um levantamento de dados dos instrumentos de transparência e monitoramento das jurisdições estudadas.

Neste tópico, houve apenas uma contribuição sobre o uso do Plano Clima como instrumento de transparência e monitoramento da PNMC.

7 – Brainstorming – Bloco 5: Instrumentos de P&D, Inovação e Construção de Capacidades

Neste último bloco de discussão, a Sra. Caroline Prolo elucidou como a legislação de alguns países lidam com os Instrumentos de P&D, Inovação e Construção de Capacidades. Destacou-se a criação de políticas ou planos setoriais relacionados aos temas de educação, ciência, tecnologia e inovação sob a perspectiva de mudanças climáticas, do ponto de vista da mudança dos padrões de conduta, consumo e produção.

Também se comentou que a atual PNMC já prevê alguns instrumentos de P&D e Construção de Capacidades, mas com ausência de instrumentos de inovação.

8 – Conclusão e próximos passos

O Sr. Thiago Longo fez um breve informe sobre a auditoria do TCU que tem como objetivo avaliar a governança instituída em âmbito federal para enfrentamento da emergência climática, bem como a gestão dos recursos financeiros destinados ao tema, ressaltando que os itens da auditoria serão importantes pontos a serem observados neste processo de revisão da PNMC.

A reunião foi encerrada com a confirmação dos próximos passos e da próxima reunião do GTT, agendada para o dia 23/02/2024.